

ASPECTOS E MEIOS NA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ASPECTS AND MEANS IN THE INCLUSIVE EDUCATION EFFECTIVENESS

Humberto Corrêa dos Santos¹

RESUMO:

A escola inclusiva tem sido um tema bastante abordado junto aos que acreditam que a educação para todos, sem exceção, traduz o verdadeiro sentido de uma sociedade justa e igualitária. A partir dessa assertiva é que este artigo, de revisão bibliográfica e documental, tem como objetivo principal apresentar meios eficazes para que a inclusão escolar possa ser uma realidade nas escolas do Brasil. Acrescenta-se a esse objetivo o também propósito de diferenciar, para os leitores, pais e educadores, a educação especial das dificuldades de aprendizagem, pois são duas questões distintas sem as quais não há como tratar da inclusão educacional. Sendo assim, o estudo tratou, primeiramente da educação especial de forma geral e, em seguida, abordou as políticas públicas e os meios eficazes para a efetivação da inclusão escolar. O estudo concluiu que a escola inclusiva só será uma realidade a partir do momento em que houver harmonização e coordenação entre as políticas públicas educacionais, recursos adequados, currículos específicos, educadores qualificados, pais comprometidos e sociedade acolhedora.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Inclusiva; Educação Especial; Dificuldades de Aprendizagem.

ABSTRACT:

The inclusive school has long been a subject addressed by those who believe that education for everyone, without exception, translates the true meaning of a just and egalitarian society. This article of bibliographical and documentary revision, has as the main objective to present effective means so that school inclusion can be a reality in the schools of Brazil. In addition to this objective, the purpose is also to differentiate, for the readers, parents and educators, the special education of learning difficulties, since they are two distinct issues without which there is no way to deal with educational inclusion. Thus, the study dealt primarily with special education in general, and then addressed public policies and effective means to achieve school inclusion. The study concluded that inclusive school will only become a reality once there is harmonization and coordination among public educational policies, adequate resources, curricula qualified educators, committed parents and a welcoming society.

KEYWORDS: Inclusive School; Special Education; Learning Difficulties.

01 – INTRODUÇÃO

A inclusão educacional deve ter como base a compreensão de que termos como especial e normal, para tratar pessoas com dificuldades de aprendizagem, devem ser substituídos por deficiente e não deficiente. A substituição dessas palavras pode parecer, a princípio, algo simples, mas não o é; pois o combate ao preconceito em relação a alunos e alunas deficientes é bastante complexo.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba e graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas. Professor das Redes Estadual e Municipal de Educação. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3295386682108935>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Sabe-se que o preconceito é um dos maiores obstáculos da educação inclusiva à medida que se trata de uma característica humana quase incontrolável (AMARAL, 2002) e combatê-lo requer um trabalho diário em todos os ramos da sociedade. E a escola precisa ficar atenta às diversidades de seus alunos e suas alunas, pois se trata de um valor máximo de respeito às diferenças que não devem ser “obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento” (BRASIL, 1997).

A educação especial vem sofrendo nos últimos tempos algumas modificações no sentido de que a atenção, antes mais restrita aos alunos e alunas com deficiência, passou a ser direcionada, também, àquelas e àqueles com necessidades educativas especiais. Ressalta-se que esse conceito “necessidades educativas especiais” começou a ser utilizado nos anos 60 (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 19).

Percebe-se, a partir dessa colocação e em uma análise geral, que o tema inclusão educacional é bastante amplo e pode ser abordado sob várias vertentes; contudo, este artigo destaca dois tópicos distintos. O primeiro trata da educação especial, seus aspectos, principais características e dificuldades. O segundo tópico trata, de forma geral e sucinta sobre políticas públicas e descreve alguns meios eficazes para a efetivação da inclusão escolar.

Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica e documental que tem como objetivos: diferenciar educação especial de dificuldades de aprendizagem; apresentar alguns meios eficazes para que a inclusão escolar possa ser uma realidade nas escolas do País.

02 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A Educação especial foi constituída no início do século XIX como um modelo assistencialista, clínico e segregado com o objetivo de atender aos que não se enquadravam nos padrões regulares e homogêneos do ensino regular (SOUZA, BUIATTI, 2014).

As autoras ora citadas destacam quatro fases da educação especial que este artigo reproduz de forma bastante sucinta:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

- fase da exclusão social – ocorreu no período anterior à era cristã – havia omissão, escassez de atendimento e mais, pela rejeição, perseguição, abandono e, por vezes, extermínio das pessoas deficientes.
- fase da segregação social – aconteceu entre o século XVIII e o XIX – havia atendimento em algumas instituições religiosas ou filantrópicas, porém as pessoas com deficiência eram isoladas do convívio social.
- fase da inserção – ocorreu no final do século XIX até metade do século XX – havia algumas escolas especiais e houve diminuição da segregação imposta às pessoas com deficiência.
- fase de integração social – iniciada a partir dos anos 60/70, do século XX – teve como meta a integração das pessoas com deficiência, no ambiente escolar, atribuindo a todos os alunos e alunas o direito à não segregação, às vantagens educativas em conjunto com os demais alunos da escola regular (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

A partir dessa integração social, buscou-se a inclusão escolar que tem por objetivo promover, de forma completa e integral, os alunos e alunas com deficiência, e propõe ajustes nas estruturas e organização das escolas, em função desses alunos e alunas (SOUZA, BUIATTI, 2014).

As causas de dificuldade de aprendizagem são incontáveis e, em se tratando de escola inclusiva, este artigo aponta algumas – apenas como rol ilustrativo: deficiências visual, auditiva, física e mental, a superdotação e o transtorno do espectro do autismo.

A deficiência visual – baixa visão ou cegueira – por si só não resultam em dificuldades cognitivas, emocionais ou sociais. Porém, os meios de interação e comunicação utilizados na escola são determinantes no processo de aprendizagem e de inclusão.

A proposta de inclusão escolar para alunos e alunas surdas é um desafio à medida que nem sempre as escolas têm condições de oferecer o aprendizado das duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa. Essa proposta bilíngue seria de grande valia no desenvolvimento escolar desses alunos e alunas surdas e a escola deve levar em conta, ao matricular esses discentes, que não

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

pode alegar, posteriormente, não saber como atuar ou mesmo que não tem professores capacitados para atendê-los (BRASIL, 2003d).

Em se tratando da deficiência física, além de cuidados com a acessibilidade aos cadeirantes ou outros deficientes, a escola deve oferecer recursos humanos e materiais. Pessoal especializado, salas de recursos multifuncionais, material didático específico são alguns meios facilitadores para a inclusão escolar dos deficientes físicos.

A deficiência mental e a paralisia cerebral provocam possibilidades cognitivas com oscilações diferentes e a escola necessita, por meio de diálogo com os pais, entender o histórico da deficiência para, assim, traçar meios de trabalhar com esses alunos e alunas.

A superdotação além de dificultar a aprendizagem conta ainda com a ideia de que essa característica é benéfica a possui. Ocorre que não, o superdotado nem sempre encontra oportunidades educacionais para desenvolver suas potencialidades, nem sempre as escolas estão preparadas para recebe-los adequadamente, resultando muitas vezes em um rendimento escolar aquém do normal. (BRASIL, 2003e).

Por sua vez, o transtorno do espectro do autismo é neurológico, compromete a comunicação e interação social. A identificação do autismo é percebida por uma série de características que devem ser analisadas com bastante critério por profissional competente. Entre não manter uma linguagem verbal e não verbal adequada à idade à mudança de humor sem motivo aparente, alunos e alunas com autismo requer atenção bem mais específica. Lidar com esse transtorno é um desafio para os pais, professores e escola (BRASIL, 2003c).

03 – POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIOS FACILITADORES PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A efetivação da inclusão educacional conta com inúmeras vertentes indispensáveis, dentre as quais este artigo destaca as políticas públicas – que atribuem direitos a todos os alunos e alunas – a qualificação adequada de professores, os recursos, metodologias e currículos específicos.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Em se tratando de políticas públicas e direitos, o caminho da inclusão educacional foi longo, como se viu no tópico anterior, e as mudanças ocorreram – a princípio, de forma assistencialista – a partir de mudanças políticas mundiais e nacionais. Como ponto de partida, a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, garantiu a todos o direito à educação. Apenas quatro décadas e alguns anos depois, o conceito de inclusão ganhou destaque e papel central em outras declarações internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990 e a de Salamanca, em 1994 (HEIDRICH, 2009), das quais o Brasil é signatário.

Especificamente no Brasil, a adaptação da escola às crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, se tornou mais evidente por meio da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que define: todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar na escola regular.” (HEIDROCH, 2009, p. 44).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por função dar suporte à inclusão de alunos com deficiência e altas habilidades, no ambiente escolar e suas diretrizes estão preconizadas no Decreto 7.611/11 que “Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências” (BRASIL, 2011).

Souza e Buiatti (2014, p. 44) salientam: “o AEE não é um serviço substitutivo à escolarização, é um atendimento especializado que visa trabalhar com recursos adequados para abarcar as necessidades individuais, auxiliando essa população no acesso, permanência e inclusão na escola.”

Para tanto, as atividades específicas e facilitadoras de uma escola inclusiva são diferentes das habitualmente ocorridas nas salas de aulas, mas que, também, fazem parte do mesmo processo; são atividades complementares. O AEE não tem por objetivo a repetição ou reprodução do ensino regular, e sim desenvolver atividades direcionadas aos alunos com deficiência (SOUZA; BUIATTI, 2014).

A existência do AEE não deve, contudo, inibir a convivência entre alunos com deficiências, com dificuldades de aprendizagem e os demais uma vez que “a convivência dos alunos com a diversidade (...) contribui para que aprendam muito.” Ao mesmo passo em que para os alunos e alunas que necessitam de AEE, esse “convívio é enriquecedor, pois permite uma inserção no universo social e favorece o

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

desenvolvimento e a aprendizagem, possibilitando a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade.” (CARVALHO, 2001, p. 13).

Às alunas e alunos superdotados, a escola deve oferecer um currículo diferenciado de forma a adaptar o processo de aprendizagem às suas necessidades, levando em conta que nem sempre terão desempenho excepcional em todas as atividades. Devem, principalmente, evitar rótulos tratando essas diferenças como um fato natural. (BRASIL, 2003e).

No que se refere às alunas e alunos surdos ou com problemas auditivos, a grande maioria dos professores tem pouco ou nenhum conhecimento em lidar com as necessidades desse grupo e os desafios socioeducacionais são inúmeros (MOURÃO, 2013). É primordial a capacitação do docente, que tem sob sua responsabilidade alunos e alunas mais novos com problemas auditivos, de tal forma que ele seja capaz de introduzir treinamento auditivos em atividades lúdicas com a participação de toda a classe. Brincadeiras de percepção de intensidade e ritmo do som; de reprodução de sons e vozes de animais; de identificação de sons com olhos fechados, dentre outras, podem ser eficazes para a inclusão escolar (BRASIL, 2003b),

Os alunos e alunas com baixa visão não pertencem a um grupo homogêneo, afinal cada um tem sua própria forma de enxergar, diferentemente da cegueira, outra espécie de deficiência visual. A escola deve-se preparar, adequadamente, para oferecer propostas pedagógicas diferenciadas e o professor ou a professora devem, também, ficar atentos a algumas atitudes que podem contribuir com o contato junto ao aluno, tais como: chamar o aluno ou a aluna pelo nome; utilizar cores contrastantes sempre que possível; solicitar a participação desse aluno ou aluna nas atividades e na interação com os colegas; fornecer o maior número de informações verbais, dentre outras propostas (SOUZA, BUIATTI, 2014).

Aos alunos e alunas com o Transtorno do Espectro do Autismo é indispensável que a escola possua “salas de apoio e professores especializados para que seja realizada com êxito a inclusão desses alunos” (BRASIL, 2003c, p. 25). Além do mais, é essencial que o professor ou professora não prepare os discentes sem autismo para receber aluno ou aluna com esse transtorno. O que se deve é ir respondendo, conforme forem surgindo, as dúvidas dos colegas e, sobretudo, deve-

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

se ficar atento à rejeição e constrangimentos evitando-os, pois, esse cuidado é indispensável à escola inclusiva (BRASIL, 2003c).

Como se viu, para diversas espécies de dificuldade de aprendizagem há atividades e recursos diferentes a serem trabalhados com alunos e alunas. Em se tratando de adaptações curriculares, “objetivos específicos podem ser modificados, complementados, eliminados ou adotados objetivos alternativos quando os delineados não puderem ser alcançados pelo aluno (BRASIL, 2003a, p. 26). E para quaisquer recursos, atividades e adaptações curriculares é essencial que o professor ou a professora tenham capacitação adequada no atendimento a esses discentes.

“A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas.” (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 44). Afinal, a escola só será efetivamente inclusiva se o conjunto de seus professores e professoras – não só aqueles com especialidade em educação inclusiva – tenham competência adequada para ensinar todos os alunos.

05 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades da aprendizagem é uma realidade presente no cotidiano escolar e é comum a todos os alunos e alunas e, também, à escola que, por meio de seus currículos, metodologias, direção, docentes, recursos e outros aspectos, deve estar preparada para lidar com essas eventualidades.

Contudo, em se tratando de educação especial ou de dificuldades de aprendizagem, há que se ter um preparo adequado com esse grupo de discentes no sentido de incluí-los adequadamente no ambiente escolar como um todo: da sala de aula à recreação.

Cabe aos pais, aos professores e demais profissionais da escola onde o aluno ou aluna com deficiência ou dificuldade de aprendizagem estuda, encontrarem formas de atender a cada um deles. Todos têm papel fundamental na efetivação de uma escola inclusiva e encontrar meios adequados de trabalhar conteúdos e de abstrair de cada um desses alunos e alunas o que lhes é prazeroso contribuirá na aprendizagem e na interação com os demais colegas. A esses atores cabe, também

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

e principalmente, trabalhar no combate ao preconceito que boa parte da sociedade ainda tem em relação aos alunos deficientes ou com dificuldades de aprendizagem.

Ao professor e professora, com o apoio da escola e com qualificação adequada, cabe promover atividades lúdicas com toda a classe para desenvolver conteúdo específico que o aluno ou aluna com deficiência ou dificuldade de aprendizagem levaria mais tempo para assimilar. Dessa forma, a abordagem de alguns conteúdos será mais prazerosa e trará benefícios a todos sem que haja desarmonia na sua condução.

Fazer uso, também, de recursos pedagógicos específicos, quiçá tecnológicos tem sido, igualmente, vantajoso para o desenvolvimento de habilidades e aprendizagem de alunos e alunas da escola inclusiva. Porém, a utilização dessas ferramentas só será positiva se houver uma contextualização, se se levar em conta as necessidades específicas e as condições de aprendizagem de cada aluno ou aluna com deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Por fim, a legislação que trata das políticas públicas educacionais, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uma educação inclusiva, que traça objetivos e metas a essa efetivação, que oferece currículos diferenciados, recursos, meios e atividades para alunos deficientes ou com dificuldades de aprendizagem, é primordial à educação inclusiva.

Contudo, são necessários o apoio e a participação da sociedade, de cada cidadão. Afinal, os cidadãos precisam compreender e se inteirar que a escola inclusiva é indispensável à cidadania e à democracia do Brasil; que uma escola inclusiva deve ser meta de cada um; que, sobretudo, apenas por meio de uma convivência diversificada e não excludente – encontrada em uma escola inclusiva – é que haverá uma sociedade justa e comprometida com a educação de sua população.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

06 – REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão. In: OLIVEIRA, Marta K.; REGO, Tereza C; SOUZA, Denise T. (orgs.). *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002, p. 233-248.

BRASIL. Decreto n. 7.611/11, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: altas habilidades: superdotação*. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003e. (Educação Infantil; 9).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento*. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003b. (Educação Infantil; 2).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo*. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003c. (Educação Infantil; 3).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez*. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003d. (Educação Infantil; 7).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: introdução*. Brasília: MEC, SEESP, 2003a. (Educação Infantil; 1).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

CARVALHO, Joelma Amaral Teixeira de Carvalho. A diferença que a diferença faz. *AMAE Educando*. n. 301, p. 12-14, ago, 2001.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (orgs.). *Desenvolvimento psicológico educação*. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. vol. 3. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEIDRICH, Gustavo. A escola que ensina a todos. Flexibilizar o espaço, o tempo, os recursos e o conteúdo é o caminho para a aprendizagem. *Nova Escola Gestão Escolar*. n. 3, ano 1, p. 44-45, ago./set. 2009. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/739/a-escola-que-ensina-a-todos>. Acesso em: 4 fev. 2019.

MOURÃO, Marisa Pinheiro (org.). *Língua brasileira de sinais – libras*. Uberlândia, MG: UFU. 2013.

SOUZA, Vilma Aparecida de; BUIATTI, Viviane Prado. *Educação especial*. Uberlândia, MG: UFU, 2014.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIX Jan-jun 2019	Trabalho 06 Páginas 106-115
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	